

IOCHPE-MAXION S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ n.º 61.156.113/0001-75

NIRE 35.300.014.022

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA OITAVA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DE IOCHPE-MAXION S.A., REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2020

1. **Data, Hora e Local:** realizada em 26 de junho de 2020, às 10h, de forma exclusivamente digital, através do sistema eletrônico Microsoft Teams, com o *link* de acesso do sistema eletrônico disponibilizado pela Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), com sede na Cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 625, de 14 de maio de 2020 ("Instrução CVM 625").
2. **Convocação:** edital de primeira convocação publicado, nos termos dos artigos 71, § 2º, e 124, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), nas edições (i) dos dias 11 de junho de 2020 (página 27), 12 de junho de 2020 (página 13) e 13 de junho de 2020 (página 15) do Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) dos dias 10 e 11 de junho de 2020 (página C4), 12 de junho de 2020 (página E4) e 13, 14 e 15 de junho de 2020 (página E3) do jornal "Valor Econômico".
3. **Presença:** presentes Debenturistas titulares de 93,77% das Debêntures em Circulação ("Debenturistas Presentes") objeto do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Oitava Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 1º de março de 2018, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), conforme aditado em 26 de março de 2018 ("Escritura de Emissão"). Presentes, ainda, representantes do Agente Fiduciário e da Companhia.
4. **Mesa:** Presidente: Reginaldo Tagashi Tekara; e Secretário: Francisco José Pinheiro Guimarães, por designação unânime dos Debenturistas Presentes.
5. **Ordem do Dia:** discutir e aprovar sobre a seguinte ordem do dia:
 - 5.1 Concessão de renúncia e perdão temporários prévios para a eventual não observância do Índice Financeiro pela Companhia, com relação às Datas de Referência de 30 de junho de 2020, 31 de dezembro de 2020, 30 de junho de 2021, 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022 ("Período da Renúncia"), sem que haja a configuração do Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 7.25.2, inciso XVIII, da Escritura de Emissão, com a observância das condições resolutivas, nos termos do artigo 127 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil) ("Condições Resolutivas"), disponibilizadas através da Proposta da Administração para a Assembleia Geral de Debenturistas divulgada pela Companhia em 10 de junho de 2020, disponível para consulta nas páginas da Companhia (<http://www.iochpe.com.br>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e da CVM (<http://www.cvm.gov.br> – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores e na sede social da Companhia ("Proposta da Administração"), de modo que a deliberação prevista neste item deixará de vigorar a partir da data de verificação de qualquer das Condições Resolutivas, sem qualquer efeito retroativo.
 - 5.2 Autorização para que o Agente Fiduciário e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovadas na Assembleia Geral de Debenturistas.
6. **Deliberações:** nos termos das Cláusulas 10.6 e 10.7 da Escritura de Emissão, os Debenturistas Presentes votaram da seguinte maneira:

6.1 Com relação à Ordem do Dia prevista no item 5.1 acima: após exame e discussão, nenhum dos Debenturistas Presentes se absteve de votar, Debenturistas Presentes representando 4,95% das Debêntures em Circulação votaram contra, e Debenturistas Presentes representando 88,82% das Debêntures em Circulação votaram favoravelmente e, portanto, foi aprovada a concessão de renúncia e perdão prévios para a eventual não observância do Índice Financeiro pela Companhia, com relação, exclusivamente, às Datas de Referência de 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020 ("Período de Renúncia Aprovado"), sem que haja a configuração do Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 7.25.2, inciso XVIII, da Escritura de Emissão, com observância das condições resolutivas, nos termos do artigo 127 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil), elencadas a seguir ("Condições Resolutivas Aprovadas"), de modo que a deliberação prevista neste item deixará de vigorar a partir da data de verificação de qualquer das Condições Resolutivas Aprovadas, sem qualquer efeito retroativo, observado o disposto no item 6.1.1 abaixo:

- (i) Inadimplemento do pagamento, pela Companhia aos Debenturistas, de vantagem adicional ("Vantagem Adicional"), incidente sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a então mais recente data de pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, calculada de acordo com a tabela abaixo para as Datas de Referência durante o Período de Renúncia Aprovado, observado o disposto nas alíneas abaixo.

Índice Financeiro	Vantagem Adicional
Igual ou inferior a 3,50 vezes	Não aplicável
Maior que 3,50 vezes e igual ou inferior a 5,00 vezes	0,500%
Maior que 5,00 vezes e igual ou inferior a 6,50 vezes	0,875%
Maior que 6,50 vezes e igual ou inferior a 8,00 vezes	1,250%
Maior que 8,00 vezes	1,500%

- (a) Para fins de determinação do percentual aplicável da Vantagem Adicional, o Índice Financeiro permanecerá sendo calculado, nas Datas de Referência durante o Período de Renúncia Aprovado, nos termos da Escritura de Emissão, observado que os Ajustes não estarão sujeitos aos limites monetários previstos na definição de EBITDA Ajustado.
- (b) A Vantagem Adicional será paga no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de entrega ao Agente Fiduciário do relatório específico de apuração do Índice Financeiro a que se refere a Cláusula 8.1, inciso II, alínea (a), da Escritura de Emissão.
- (c) Farão jus ao recebimento da Vantagem Adicional aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- (d) O pagamento da Vantagem Adicional, com relação às Debêntures que (I) estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da B3, devendo a B3 ser informada com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data de pagamento; e (II) não estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriitorador.
- (ii) O Índice Financeiro, calculado nos termos do item 6.1(i)(a) acima, ser maior que o Índice Financeiro Alternativo (conforme definido abaixo), se houver, em qualquer Data de Referência durante o Período de Renúncia Aprovado, caso em que, verificada a ocorrência da Condição Resolutiva Aprovada prevista neste

item 6.1(ii), não será devido, pela Companhia, o pagamento da Vantagem Adicional relativa à Data de Referência em questão. Para os fins deste item, "Índice Financeiro Alternativo" significa o índice financeiro mais restritivo resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA da Companhia, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, que a Companhia esteja eventualmente obrigada a observar na Data de Referência em questão ou em qualquer outra data durante o Período de Renúncia Aprovado, nos termos de qualquer outro instrumento de dívida celebrado pela Companhia então vigente. Para fins de clareza, se a não observância pela Companhia de qualquer índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA aplicável for renunciada e/ou perdoadada de acordo com os termos do instrumento de dívida em questão, tal índice financeiro não será considerado um Índice Financeiro Alternativo.

- (iii) Não observância, pela Companhia, de índice de liquidez resultante da divisão do Caixa (conforme definido abaixo) pela Dívida de Curto Prazo (conforme definido abaixo) ("Índice de Liquidez") igual ou superior a 0,50 vez, a ser calculado pela Companhia em cada Data de Referência durante o Período de Renúncia Aprovado, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a cada Data de Referência em questão, observado o disposto nas alíneas abaixo.

(a) Para os fins deste item:

- (I) "Caixa" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a uma Data de Referência durante o Período de Renúncia Aprovado, o somatório das rubricas "caixa ou equivalentes de caixa" e "aplicações financeiras", observando-se que se, na Data de Referência em questão, uma Controlada da Companhia que consolidava nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas à Data de Referência de 30 de junho de 2020 deixar de assim consolidar, estando reportada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas à Data de Referência em questão pelo método da equivalência patrimonial, então, para fins de cálculo de Caixa na referida Data de Referência, deverá ser atribuído efeito *pro-forma* à referida Controlada, de forma a considerá-la como se consolidada fosse em proporção à então participação societária detida, direta e indiretamente, pela Companhia na referida Controlada; e
- (II) "Dívida de Curto Prazo" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a uma Data de Referência durante o Período de Renúncia Aprovado, sem duplicidade, o somatório dos empréstimos e financiamentos financeiros da Companhia do circulante, observando-se que se, na Data de Referência em questão, uma Controlada da Companhia que consolidava nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas à Data de Referência de 30 de junho de 2020 deixar de assim consolidar, estando reportada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas à Data de Referência em questão pelo método da equivalência patrimonial, então, para fins de cálculo da Dívida de Curto Prazo na referida Data de Referência, deverá ser atribuído efeito *pro-forma* à referida Controlada, de forma a considerá-la como se consolidada fosse em proporção à então participação societária detida, direta e indiretamente, pela Companhia na referida Controlada.

- (b) O cálculo do Índice de Liquidez deverá ser apresentado ao Agente Fiduciário nos mesmos prazos que aqueles previstos na Cláusula 8.1, inciso II, alínea (a), da Escritura de Emissão.
 - (c) O Índice de Liquidez não precisará ser apresentado ao Agente Fiduciário caso o Índice Financeiro relativo à mesma Data de Referência, calculado nos termos do item 6.1(i)(a) acima, seja igual ou inferior a 3,50 vezes.
- (iv) Constituição, pela Companhia ou qualquer de suas Controladas (exceto pelas Controladas Não Consolidadas) de qualquer Ônus sobre qualquer de seus ativos, presentes ou futuros, durante o Período de Renúncia Aprovado, exceto:
 - (a) pelos seguintes Ônus, que são desde já permitidos:
 - (I) qualquer Ônus cuja constituição seja obrigatória por lei e incorrida no curso normal de seus negócios ou para os quais tenha sido constituída uma reserva ou outro provisionamento adequado, se for o caso, conforme exigido pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS), incluindo, sem limitação, ônus com transportes, armazéns, materiais ou maquinários, e quaisquer outros gravames similares que tenham surgido no curso normal dos negócios, em cada caso, por quantias ainda não devidas ou que estejam sendo contestadas de boa-fé por ação ou processos apropriados;
 - (II) qualquer Ônus constituído no âmbito de processos judiciais, administrativos ou arbitrais;
 - (III) qualquer Ônus constituído para garantir, de forma direta ou indireta, empréstimos concedidos, direta ou indiretamente, por International Finance Corporation (IFC), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. ou qualquer outra agência governamental ou agência internacional de desenvolvimento multilateral ou qualquer instituição financeira atuando como agente dessas agências para repasse de recursos, incluindo Ônus constituído para garantir fianças bancárias concedidas no âmbito de tais empréstimos;
 - (IV) qualquer Ônus já existente na data da presente Assembleia Geral de Debenturistas;
 - (V) qualquer Ônus constituído exclusivamente com a finalidade de garantir o pagamento, no todo ou em parte, do preço de aquisição de ativos imobilizados, intangíveis ou direitos de uso adquiridos, construídos ou objeto de benfeitorias pela Companhia ou qualquer de suas Controladas, desde que:
 - (A) tal Ônus esteja vinculado a tais ativos no prazo de até 30 (trinta) dias após sua aquisição ou conclusão de sua construção ou benfeitoria;
 - (B) qualquer dívida garantida por tal Ônus não exceda 100% (cem por cento) do custo de aquisição, construção ou benfeitoria de tais ativos; e
 - (C) tal Ônus não recaia sobre quaisquer ativos que não (y) os ativos imobilizados, intangíveis ou direitos de uso adquiridos, construídos ou objeto da benfeitoria; ou (z) outros ativos imobilizados, intangíveis ou direitos de uso cujo valor contábil na data da constituição de tal Ônus, quando somado ao valor

contábil na mesma data de todos os outros ativos imobilizados, intangíveis ou direitos de uso sujeitos a Ônus constituído e existente nos termos deste item (C), não exceda US\$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ou seu equivalente em outras moedas;

- (VI) penhor ou depósitos constituídos para garantir o pagamento do seguro contra doenças e acidentes de trabalho (ou participar de qualquer fundo relacionado ao seguro contra doenças e acidentes de trabalho), seguro-desemprego, pensões ou programas de previdência social incorridos no curso normal dos negócios;
- (VII) qualquer Ônus:
 - (A) constituído no curso normal dos negócios em relação à compra ou ao transporte de mercadorias ou ativos (ou seus bens relacionados ou proventos) a favor do vendedor ou do remetente desses bens ou ativos, desde que tal Ônus seja vinculado exclusivamente a essas mercadorias ou ativos; ou
 - (B) em favor das autoridades alfandegárias e fiscais, decorrentes de lei, para garantir o pagamento de direitos aduaneiros relacionados à importação de mercadorias;
- (VIII) qualquer Ônus em favor de bancos nos quais contas objeto de contratos de gestão de caixa ou de contas operacionais sejam mantidas, direito de compensação ou outro Ônus similar existente, apenas com relação a valores monetários e outros investimentos depositados em uma ou mais contas mantidas pela ou em nome da Companhia ou suas Controladas, em cada caso concedido no curso normal dos negócios, a favor do banco ou bancos com os quais essas contas são mantidas, garantindo apenas valores devidos a esses bancos no que diz respeito a contratos de gestão de caixa e de contas operacionais (segmento de "*cash management*"), não vinculados a empréstimos e financiamentos da Companhia ou de suas Controladas;
- (IX) qualquer Ônus garantindo dívida devida pela Companhia ou qualquer de suas Controladas (que não sejam Controladas Não Consolidadas) à Companhia ou qualquer de suas Controladas (que não sejam Controladas Não Consolidadas);
- (X) qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou ativos de uma pessoa, que se funda ou seja incorporada, ou se torne uma subsidiária, da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, desde que tal Ônus (A) exista no momento da conclusão da operação ou no momento em que tal pessoa se torne uma Controlada, conforme o caso; (B) não se estenda a qualquer outro ativo ou ativos de propriedade da Companhia, de qualquer de suas Controladas ou da pessoa em questão; e (C) não seja constituído como resultado ou em razão de, ou em antecipação a, tal operação;
- (XI) qualquer Ônus sobre qualquer ativo existente quando da aquisição de tal ativo, desde que tal Ônus (A) não seja constituído como resultado ou em razão de tal aquisição, ou em antecipação a essa aquisição; e (B) não se estenda a quaisquer outros ativos de propriedade da Companhia ou de qualquer de suas Controladas;
- (XII) servidões, direitos de passagem, restrições, portarias municipais e de zoneamento, pequenos defeitos ou irregularidades de

titularidade e outros ônus e gravames semelhantes que não garantam dívida e não interfiram em nenhum aspecto relevante nos negócios da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, e que estejam em condições costumeiras e usuais aplicáveis a bens semelhantes;

- (XIII) qualquer Ônus garantindo quaisquer instrumentos derivativos que promovam cobertura contra flutuações no preço da compra de matérias-primas, tais como aço e alumínio, e que não sejam celebrados para fins especulativos;
 - (XIV) qualquer Ônus que garanta dívida, contanto que, no máximo, 15% (quinze por cento) da dívida bruta consolidada da Companhia esteja garantida por Ônus constituídos nos termos deste item (XIV), e, para evitar dúvidas, qualquer Ônus que seja permitido nos termos deste item (XIV) continuará a ser permitido, independentemente de qualquer alteração subsequente na dívida bruta consolidada da Companhia, posteriormente à constituição do Ônus;
 - (XV) qualquer prorrogação, renovação ou substituição (ou prorrogações, renovações ou substituições sucessivas), no todo ou em parte, de qualquer Ônus descrito nos itens (IV), (V), (X) e (XI) acima, desde que o valor principal da dívida garantida, resultante do prolongamento, renovação ou substituição, não exceda o valor principal da dívida garantida apurada no momento de tal prorrogação, renovação ou substituição (somando prêmios, juros e despesas razoáveis incorridas em razão dessa prorrogação, renovação ou substituição) e que tal prorrogação, renovação ou substituição de Ônus fique limitada ao todo ou parte do ativo ou ativos (ou, no caso de recebíveis, recebíveis de mesma natureza e tipo semelhante) que foram sujeitos ao Ônus objeto de prolongamento, renovação ou substituição (somando benfeitorias ou adições realizadas nesse ativo ou ativos); e
 - (XVI) qualquer Ônus se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou
- (b) se o Ônus for compartilhado com os Debenturistas, na proporção de seus respectivos créditos, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis; ou
 - (c) se for constituído Ônus em favor dos Debenturistas sobre outros ativos no mesmo montante dos ativos objeto do Ônus, até o limite máximo do saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, desde que previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
- (v) Distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia durante o Período de Renúncia Aprovado.
 - (vi) Recompra, pela Companhia, de ações de sua própria emissão durante o Período de Renúncia Aprovado.
 - (vii) Realização, pela Companhia, de resgate antecipado facultativo, nos termos da Cláusula 7.15 da Escritura de Emissão, ou amortização antecipada facultativa, nos termos da Cláusula 7.16 da Escritura de Emissão, durante o Período de Renúncia Aprovado, sem o pagamento, pela Companhia aos Debenturistas, de percentual adicional a ser acrescido ao percentual aplicável para cálculo do

prêmio previsto na Escritura de Emissão, na forma do disposto abaixo ("Percentual Adicional"), a ser pago na mesma data e da mesma forma do percentual aplicável:

Período	Percentual Adicional
Entre 30 de junho de 2020, inclusive, e 31 de dezembro de 2020, inclusive	0,60%

6.1.1 Na hipótese (i) da aprovação da deliberação prevista no item 6.1 acima deixar de vigorar por força da verificação de qualquer das Condições Resolutivas Aprovadas; e, cumulativamente, (ii) na data em que ocorrer o disposto no item (i), a Companhia não tiver observado o Índice Financeiro, calculado nos termos da Escritura de Emissão, relativo à então mais recente Data de Referência, considerar-se-á como ocorrido o Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 7.25.2, inciso XVIII, da Escritura de Emissão, podendo os titulares das Debêntures declarar seu vencimento antecipado, observados os termos da Cláusula 7.25 e subcláusulas da Escritura de Emissão.

6.1.2 A Companhia se obriga a estender aos Debenturistas, de forma automática e independentemente de a matéria ter sido discutida nesta Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer aumento no valor da Vantagem Adicional que eventualmente seja concedido aos titulares de debêntures das emissões objeto (i) da Assembleia Geral de Debenturistas da Nona Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Companhia; e/ou (ii) da Assembleia Geral de Debenturistas da Décima Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Companhia, ambas a serem realizadas nesta data.

6.2 Com relação à Ordem do Dia prevista no item 5.2 acima: após exame e discussão, **nenhum dos Debenturistas Presentes se absteve de votar, nenhum dos Debenturistas Presentes votou contra, e Debenturistas Presentes representando 93,77% das Debêntures em Circulação votaram favoravelmente e, portanto, foi aprovada** a autorização para que o Agente Fiduciário e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral de Debenturistas.

7. Esclarecimentos:

7.1 Termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta Assembleia Geral de Debenturistas e que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

7.2 Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, e artigo 71, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

7.3 A Companhia se obriga a comunicar o Agente Fiduciário sobre a verificação de qualquer das Condições Resolutivas Aprovadas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de tal verificação.

7.4 As deliberações desta Assembleia Geral de Debenturistas estão restritas apenas ao aqui disposto e não serão interpretadas como renúncia de qualquer direito dos Debenturistas e/ou deveres da Companhia, decorrentes de lei e/ou da Escritura de Emissão, ou impedirão, restringirão e/ou limitarão o exercício, pelos Debenturistas, de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuado na Escritura de Emissão, exceto pelo deliberado nesta Assembleia Geral de Debenturistas, nos exatos termos acima.

7.5 Ficam ratificados todos os termos e condições da Escritura de Emissão que não foram objeto das deliberações desta Assembleia Geral de Debenturistas.

7.6 A Companhia atesta que a presente assembleia foi realizada atendendo a todos os requisitos, orientações e procedimentos, conforme determina a Instrução CVM 625, em especial seu artigo 3º.

8. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada pelos presentes e assinada pelos integrantes da mesa, pela Companhia e pelo Agente Fiduciário, na forma prevista no artigo 8º, § 2º, da Instrução CVM 625.

Cruzeiro, 26 de junho de 2020.

Assinaturas: Reginaldo Tagashi Tekara, Presidente. Francisco José Pinheiro Guimarães, Secretário. Companhia: Iochpe-Maxion S.A., p.p. Elcio Mitsuhiro Ito e Flavia Senna Handel. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, p.p. Ana Luisa Cruz Barella.

Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio.

Reginaldo Tagashi Tekara
CPF 176.090.558-59
Presidente

Francisco José Pinheiro Guimarães
CPF 992.226.557-53
Secretário

IOCHPE-MAXION S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ n.º 61.156.113/0001-75
NIRE 35.300.014.022

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA OITAVA EMISSÃO
PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DE IOCHPE-MAXION S.A.,
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2020**

Lista de Presença de Debenturistas

Os senhores Presidente e Secretário desta Assembleia Geral de Debenturistas conferem e atestam a presença e participação dos seguintes Debenturistas, na forma prevista no artigo 8º, § 2º, da Instrução CVM 625:

DEBENTURISTA	CNPJ/CPF	Gestor
SANTANDER FUNDO DE INVESTIMENTO MASTER RENDA FIXA CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO	171384740001-05	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FI PROFIT RF REFERENCIADO DI	15916050001-67	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FI PRIVATE PREV RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	134542110001-46	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
FAIRFIELD FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	188142870001-59	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FI PREV II RENDA FIXA	171383640001-35	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FI PRIVATE PREV RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	134552780001-03	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
MASTER ICATU SEG DYNAMIC CP FI E.C. RF	154533630001-50	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER PERFORMANCE TOP RF LONGO PRAZO FI	103620080001-51	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FI ANS II RF CREDITO PRIVADO	171384660001-50	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FI PREV RENDA FIXA	60848610001-81	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER PREV MASTER RENDA FIXA ATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO	301024260001-17	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.

SANTANDER FI BALTICO I MULTIMERCADO	60954060001-81	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER PB JACARANDA MULTIMERCADO CP FI	199416890001-87	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FI RENDA FIXA CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO	95775000001-65	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FI MADRI MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO	32116960001-93	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FI EXCELENCIA MASTER MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO	195501000001-10	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FI EXCELLENCE MASTER MULTIMERCADO CP LP	178044920001-70	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FUNDO DE INVESTIMENTO PREV III RENDA FIXA	236825420001-97	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
FI MULTIMERCADO AGNES I	48854030001-16	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FI ABSOLUTO TOP RENDA FIXA	106189640001-51	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
SANTANDER FI ANS RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	134551890001-59	Santander Brasil Gestão De Recursos Ltda.
BANESTES S/A BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	281276030001-78	Banestes S/A Banco do Estado do Espírito Santo
VOTORANTIM FI RENDA FIXA CP	144916650001-50	Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
FI TITANIUM RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	59259230001-78	Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
VOTORANTIM FI VINTAGE RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	42401280001-83	Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
BV EAGLE RENDA FIXA LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO	00.836.263000135	Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
FI EXPOENTE MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO	130496640001-97	Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
BV INSTITUCIONAL RENDA FIXA CREDITO PRIVADO FI	68660510001-87	Votorantim Asset Management DTVM Ltda.

GOOD HOPE FIM CREDITO PRIVADO	117338980001-23	Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
VOTORANTIM FI LEGACY RF PREVIDENCIARIO CP	90838480001-04	Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
FUNDO DE INVESTIMENTO FRATER RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	103482150001-51	Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
BRASIL ASSET FUND II FI RENDA FIXA CP	130496600001-09	Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
PORTO SEGURO RENDA FIXA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO	353777960001-80	Porto Seguro Investimentos Ltda.
PORTO SEGURO RENDA FIXA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO PREVIDENCIARIO CREDITO PRIVADO	208892170001-01	Porto Seguro Investimentos Ltda.
PORTO SEGURO RENDA FIXA MASTER PREVIDENCIA PRIVADA FUNDO DE INVESTIMENTO	186808080001-22	Porto Seguro Investimentos Ltda.
PORTO SEGURO EMPRESARIAL RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO CREDITO PRIVADO	32330760001-55	Porto Seguro Investimentos Ltda.
PORTO SEGURO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI CREDITO PRIVADO	187191540001-01	Porto Seguro Investimentos Ltda.
SULAMERICA PRESTIGE STRATEGIE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	199595170001-30	Sul América Investimentos Gestora De Recursos S.A.
SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	16850530001-56	Sul América Investimentos Gestora De Recursos S.A.
SUL AMERICA EXCELLENCE FI RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	48991280001-90	Sul América Investimentos Gestora De Recursos S.A.
SULAMERICA SHELL PREV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	207899510001-07	Sul América Investimentos Gestora De Recursos S.A.
SULAMERICA PRESTIGE PREV FI RENDA FIXA	103948500001-75	Sul América Investimentos Gestora De Recursos S.A.
SUL AMERICA EXCELLENCE ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	235087370001-15	Sul América Investimentos Gestora De Recursos S.A.
SUL AMERICA CREDITO ATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	138230840001-05	Sul América Investimentos Gestora De Recursos S.A.

CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO		
BB TOP CREDITO PRIVADO FI RENDA FIXA LONGO PRAZO	60154210001-72	BB Gestão de Recursos DTVM S.A.
BB PREVIDENCIA FUNDO DE PENSÃO DO BANCO DO BRASIL	00.544.659000109	BB Gestão de Recursos DTVM S.A.
BRASILPREV TOP TP FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	75939670001-73	BB Gestão de Recursos DTVM S.A.
BB ECO PLUS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	172257930001-40	BB Gestão de Recursos DTVM S.A.
BB TOP RENDA FIXA CREDITO PRIVADO ALTO RENDIMENTO LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO	184286550001-20	BB Gestão de Recursos DTVM S.A.
CAPITANIA QP4 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO LIVRE CREDITO PRIVADO	242152390001-47	Capitânia S.A.
CAPITANIA PREV ADVISORY XP SEGUROS FIRF CP	323196580001-57	Capitânia S.A.
CW1 CREDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	221183030001-46	Capitânia S.A.
CAPITANIA ACCESS FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CP LONGO PRAZO	232723910001-07	Capitânia S.A.
CAPITANIA FIX CREDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	131069980001-55	Capitânia S.A.
CAPITANIA SYNTA CP FIRF	208891580001-71	Capitânia S.A.
AQUILA 6 CREDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	178986680001-09	Capitânia S.A.
CAPITANIA FAPES FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO	369476350001-48	Capitânia S.A.
CAPITANIA PREMIUM MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO	201463180001-92	Capitânia S.A.
CAPITANIA PREVIDENCE ADVISORY ICATU FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	264982490001-62	Capitânia S.A.
MONGERAL QP2 FIM	220143870001-78	Mongeral Aegon Investimentos Ltda.
VEXTY MONGERAL AEGON FIRF	280874020001-94	Mongeral Aegon Investimentos Ltda.
MONGERAL AEGON OABPREV GO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	208339400001-79	Mongeral Aegon Investimentos Ltda.

MONGERAL AEGON PREVIDENCIA XP SEGUROS ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CP	323851400001-11	Mongeral Aegon Investimentos Ltda.
MONGERAL AEGON SBOTPREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	193660210001-53	Mongeral Aegon Investimentos Ltda.
MONGERAL AEGON CREDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	194887680001-84	Mongeral Aegon Investimentos Ltda.
VOLKS UP CREDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	205194160001-28	Mongeral Aegon Investimentos Ltda.
MONGERAL AEGON OABPREV SC FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	197183240001-98	Mongeral Aegon Investimentos Ltda.
UNIMED INVESTCOOP ANS III FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	268459060001-09	Claritas Administração De Recursos Ltda.
UNIMED ANS FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO	291092660001-59	Claritas Administração De Recursos Ltda.
CLARITAS BTG PREVIDENCIA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	323976410001-18	Claritas Administração De Recursos Ltda.
CLARITAS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO	114471360001-60	Claritas Administração De Recursos Ltda.
BANESTES LIQUIDEZ FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI	202307190001-26	Banestes DTVM S.A.
FATOR MAX CORPORATIVO FI RF LP CP	00.828.035000113	FAR - Fator Administração De Recursos Ltda.
FATOR WINNETOU FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA LONGO PRAZO CREDITO PRIVADO	296139150001-54	FAR - Fator Administração De Recursos Ltda.
NSE HIBISCO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - CREDITO PRIVADO	91279590001-67	FAR - Fator Administração De Recursos Ltda.
AF INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO GERAES	97207340001-10	AF Invest Administração de Recursos Ltda.
DAYCOVAL CLASSIC FI RF CP	107834800001-68	Daycoval Asset Management Administração De Recursos Ltda.

DAYCOVAL CLASSIC 30 FI RF CP	292501210001-73	Daycoval Asset Management Administração De Recursos Ltda.
ANDBANK YIELD FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO	277706850001-01	Andbank Gestao De Patrimônio Financeiro Ltda.
ZURICH VALORA PREVIDENCIARIO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	358032770001-37	Valora Gestão De Investimentos Ltda.
VALORA ABSOLUTE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO	103266250001-00	Valora Gestão De Investimentos Ltda.
PRASS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS II	111986840001-02	Quata Gestão De Recursos Ltda.
QUATA CLO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO	323568920001-54	Quata Gestão De Recursos Ltda.
SELECT TOP FIRF CP	205195510001-73	Quata Gestão De Recursos Ltda.
QUATA MARVEL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO	357559550001-33	Quata Gestão De Recursos Ltda.
QUATA QI FIRF CP	288778690001-38	Quata Gestão De Recursos Ltda.
QB1 FIM HIGH YIELD CP	177404430001-11	Quata Gestão De Recursos Ltda.
QW1 CREDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	155867930001-40	Quata Gestão De Recursos Ltda.
SELECT LIGHT FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO	252749660001-48	Quata Gestão De Recursos Ltda.
HDI SEGUROS S/A	299801580001-57	HDI Seguros S/A
GALAPAGOS EVOLUTION FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO	364404310001-16	Galapagos Investimentos e Participações Ltda.
VINCI ANTECIPE PLUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS	356880720001-58	Vinci Gestora de Recursos Ltda.

Cruzeiro, 26 de junho de 2020.

Reginaldo Tagashi Tekara
CPF 176.090.558-59
Presidente

Francisco José Pinheiro Guimarães
CPF 992.226.557-53
Secretário